

Aviso n.º 11546/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Silvina dos Santos Lopes Correia Moniz, natural de Santiago Maior, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 13/09/1971, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

8 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11547/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria da Conceição Sanches Rocha, natural de Portimão, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 09/11/1982, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

8 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11548/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 4 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Kone Losseni, natural de Gouessasso, República da Costa do Marfim, de nacionalidade marfinense, nascido a 20/05/1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

8 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11549/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Neuza Maria Ferreira Soares e Freitas, natural de Nossa Senhora das Dores, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 06/10/1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

8 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 10949/2008**

A Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, introduziu alterações na estrutura orgânica do Centro de Estudos Judiciários. Ora, nos termos do artigo 25.º, n.º 1 c) da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto (regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública), a comissão de serviço dos titulares de cargos dirigentes cessa em caso de reorganização da unidade orgânica.

Assim, nos termos do artigo 95.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, são nomeados, em comissão de serviço, como Directores-Adjuntos do Centro de Estudos Judiciários, os Directores-Adjuntos actualmente em funções, possuidores de reconhecida aptidão e experiência profissional, adequadas ao exercício dessas funções, como se evidencia nas sínteses curriculares publicadas em anexo:

a) como Director-Adjunto para o 1.º ciclo do curso de formação teórico-prática e para a formação contínua, o Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Évora, Dr. Sérgio Gonçalves Poças;

b) como Director-Adjunto para o 2.º ciclo do curso de formação teórico-prática e para a fase de estágio de ingresso na magistratura, o Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, Dr. Manuel José Aguiar Pereira;

c) como Director-Adjunto para o 2.º ciclo do curso de formação teórico-prática e para a fase de estágio de ingresso na magistratura, o Procurador da República no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, Dr. José António Branco;

d) como Director-Adjunto na área de estudos e investigação judiciais, o Assessor Principal do quadro da Direcção-Geral de Reinserção Social, Dr. António Carlos Rodrigues Duarte Fonseca.

Foi ouvido o Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários (que se mantém em funções nos termos do artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro), que se pronunciou favoravelmente.

Foram obtidas as autorizações do Conselho Superior da Magistratura para as nomeações dos Directores-Adjuntos referidos nas alíneas a) e b) e a autorização do Conselho Superior do Ministério Público para a nomeação do Director-Adjunto referido na alínea c).

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2008.

7 de Abril de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae**Dados pessoais**

Nome: Sérgio Gonçalves Poças
Data de nascimento: 13.05.1946
Naturalidade: Viseu
Estado civil: casado

Habilitações literárias

Licenciatura em Direito concluída em Fevereiro de 1975 na Universidade de Lisboa.

Experiência profissional

Magistrado do Ministério Público de Maio de 1975 a Setembro de 1980.

Juiz de Direito de Outubro de 1980 a Setembro de 1995.

Juiz Formador durante 10 anos na comarca de Santarém.

Juiz Auxiliar no Tribunal da Relação de Évora de Setembro de 1995 a Dezembro de 1995.

Docente — em comissão de serviço — no CEJ (Centro de Estudos Judiciários) de Janeiro de 1996 a Julho de 2000.

Juiz Desembargador em funções no Tribunal da Relação de Évora, secção criminal, desde Setembro de 2000.

Elemento do júri das provas orais dos testes de aptidão para ingresso no CEJ no ano de 2004.

Actividade de conferencista

Em 22 de Fevereiro de 2001, na acção de formação dos auditores de justiça do XIX curso normal no CEJ subordinada ao tema «A prova: recolha, produção, registo e valoração».

Em 01 de Junho de 2002, no Seminário promovido pela Associação Forense de Santarém subordinado ao tema «O arguido e a sua defesa».

Em 29 de Janeiro de 2003, na acção levada a efeito pela Associação Jurídica de Braga subordinada ao tema «Da fundamentação de facto da Sentença penal — Decidir com Justiça».

Em 12 de Março de 2003, na acção levada a cabo pela Universidade Lusíada no Porto, no âmbito de curso de preparação para as provas de admissão ao CEJ, subordinada ao tema «O Julgamento em Processo Penal».

Em 31 de Março de 2005, na acção de formação complementar para o XX curso normal de formação levada a cabo pelo CEJ subordinada ao tema «Prova e Julgamento».

Em 05 de Dezembro de 2005, na acção de formação para o XXII curso normal de formação levada a cabo pelo CEJ (Delegações Distritais de Lisboa e Évora) subordinada ao tema «Algumas questões de Ética e Deontologia».

Em 12 de Abril de 2006, por despacho de SS. Ex.ª do Ministro da Justiça, foi nomeado Director-Adjunto do Centro de Estudos Judiciários para a fase teórico-prática a decorrer nos tribunais, na fase de estágio e na formação complementar, em comissão de serviço, tendo tomado posse a 2 de Maio de 2006.

De 16 a 18 de Maio de 2007, participou, enquanto representante do Centro de Estudos Judiciários, no IV Assembleia geral da Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais, que se realizou no Rio de Janeiro.